



Anais da Assembléia

N.83

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE AGOSTO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 69.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1986.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Acir Mezzadri e Gabriel Manoel.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Squarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adnail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem:

MENSAGEM N.94/86

Curitiba, 18 de agosto de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art.22, in-

ciso I, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre 28 do corrente a 25 de setembro próximo, com destino a Moscou, na União Soviética, atendendo convite para visitar a ENERGOMACHEXPORT e ainda, para integrar grupo de empresários paranaenses, que visitará outros países da Europa, a fim de tratar de assuntos de elevado interesse do Estado do Paraná, mormente no que se refere ao intercâmbio comercial e tecnológico.

Por oportuno, gostaria de ressaltar que tal afastamento não implicará em qualquer despesa para a Administração Pública.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS.

Governador do Estado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor AFONSO RIBEIRO DE ALMEIDA, ocorrido no dia 12 de Agosto do corrente ano, no município de Ibaiti.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho, Senhor Ênio Ribeiro de Almeida, na Rua Brigadeiro Franco, 2.480, ap.141, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor OSCAR FERREIRA RAMOS, ocorrido no último dia 09 na cidade da Lapa.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Senhor OSCAR FERREIRA RAMOS veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de toda a comunidade da região.

Ao longo de sua existência, as pessoas

ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente sua passagem pelas realizações de grandes feitos ou por característica pessoal de bom relacionamento com sua comunidade. Deixando 11 filhos e 28 netos, o Senhor OSCAR FERREIRA RAMOS desaparece aos 71 anos de idade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento de cinco membros da família, Bondan, ocorrido em acidente automobilístico.

Faleceram prematuramente Dona Elzira Helena Bondan, 43 anos; Cleci Elenice Bondan, 24 anos, professora; Giovani Bondan, que estudava para padre; Fernando, de 2 anos; e Tânia, de apenas 1 ano de vida.

A Senhora Elzira era casado com o Senhor Arlindo Albino Bondan, que se encontrava no veículo acidentado e foi milagrosamente salvo.

A família Bondan é tradicional em Indianópolis, onde goza de grande estima, respeito e consideração de toda a população, que ficou chocada com a gravidade do acidente fatal. Houve muita dor, tristeza e consternação com a perda de cinco membros de uma só família num único acidente.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se a dor que abalou a família Bondan, endereçando a ela, através do Senhor Gilberto Bondan, na Prefeitura de Indianópolis o pesar por tão drástico acontecimento, rogando que Jesus Cristo Nosso Senhor a todos conforte por tão sentida perdas.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao presidente do Sindicato Rural de Wenceslau Braz, Osório Leal.

Trata-se de um presidente honrado, dinâmico, que tem dedicado sua vida às causas que afetam os agricultores brasileiros.

É simplesmente fantástico o empenho, carinho e dedicação de Osório Leal, um dos maiores dirigentes sindicais de nosso Estado. Se todos os sindicatos tivessem um Presidente tão batalhador como o do Sindicato Rural de Wenceslau Braz o nosso Bra-

sil não seria um País tão cheio de problemas.

Merece aplausos e todo louvor esse grande presidente.

A Assembléia Legislativa, como a Casa de Leis do Paraná, intérprete fiel da vontade soberana do povo, tem o sagrado dever de registrar nos Anais da história sua homenagem a esse notável vereador e comandante de entidade sindical tão importante que é Osório Leal, para que seu trabalho sirva de lição para as gerações futuras.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao Senhor Osório Leal, através do Sindicato Rural de Wenceslau Braz, rogando que Deus continue a abençoar seu nobre trabalho.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão de votos de congratulações dirigidos à Rádio Humaitá pelos seis anos de sua fundação, localizada na municipalidade de Campo Mourão, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Nelson Amaral, Digníssimo Diretor responsável.

Em 1980, Campo Mourão, assim como toda a região do Vale do Piquirivai, passou a contar com uma nova rádio, mais precisamente a partir do dia 15 de agosto. Não tratava-se, entretanto, apenas e tão somente de mais uma emissora. Mas, um veículo de comunicação que muito rapidamente viria conquistar junto ao povo grande prestígio, tendo em vista que o elenco de sua programação, dentre outras características, voltava-se para a realidade de sua gente.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia este Poder deixar de apresentar as congratulações à Rádio Humaitá, cuja importância do trabalho que realizou nesses seis anos e que vem sendo desenvolvido é algo inquestionável.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente dirigido a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a construção de novo piso de quadra esportiva existente no Colégio

Estagual Machado de Assis - Ensino de 1.^o e 2.^o Graus, localizado na municipalidade de Sertãoópolis.

Nos dias de hoje é, até mesmo crítica a situação do piso da quadra de esportes daquele conceituado e tradicional estabelecimento de ensino de Sertãoópolis, por vezes impossibilitando a prática normal da Educação Física como disciplina. Neste sentido, para que esta situação não perdure, dado os prejuízos que já tem trazido ao estudantado, que essa Fundação, juntamente com essa Pasta, determinem a liberação de recursos para a aludida finalidade, atendendo iniciativa da Ilustríssima Senhora Diretora Claudete Martins Kozan.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da CLASPAR - Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, estudos visando a implantação de laboratório para análise de sementes, na municipalidade de Campo Mourão.

Tendo em vista a manifestação neste sentido, o Deputado abaixo subscrito, apresentou, no dia 08 de outubro do ano passado, requerimento em nome das cooperativas da região, bem como de todo o setor agrícola, propondo a criação e instalação de um laboratório para análise de sementes.

As razões para a pretendida medida são várias. No entanto, destacam-se a própria região Centro-Oeste, polarizada por Campo Mourão além de outros dezenove Municípios todos eles produtores agrícolas; a presença de cooperativas; o grande número de propriedades rurais, assim como as extensas áreas cultivadas, fatores preponderantes para o processo de crescimento daquela parte do Estado como do Paraná em termos econômicos. Dentro deste contexto, existe a carência de um laboratório para análise de sementes (o mais próximo da região localiza-se a mais de 80 Km de distância) o que tem, inclusive, inviabilizado um trabalho mais à altura no que diz respeito à qualidade das sementes a serem utilizadas.

Assim sendo, agora também, por iniciativa de jovens ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, reitera-se tal solicitação, uma vez continuando a existir a real necessidade de implantar-se um laboratório de análise de sementes junto à Gerência Regional da CLASPAR, sediada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 179/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o - O art. 137, da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 137 - Os municípios serão isentos de custas nos registros imobiliários, nas certidões negativas de protestos, concordatas e falências, bem como nas certidões de registro de imóveis."

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1986.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A redação que ora estamos propondo ao art. 137, da Lei Orgânica dos Municípios - Lei Complementar n. 27, tem por finalidade dirimir certas dúvidas com relação à isenção do pagamento de custas judiciais pelos municípios, referente a certidões e aos registros de imóveis municipais.

Como bem esclarece o ofício n. 294/86 do Sr. Prefeito Municipal de Barracão, há necessidade de formalizar na atual Lei Orgânica uma redação mais clara para o art. 137, a fim de evitar dúvidas na intenção da lei e em prejuízo dos municípios paranaenses.

É o projeto de lei que ora apresentamos e que temos a certeza irá merecer o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 180/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - A.S.F.T.R.E.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Conforme estatuto anexo, a entidade, de caráter de sociedade civil de direito privado, foi eficientemente criada sem fins lucrativos e tem sua sede nesta Capital.

O grande objetivo da A.S.F.T.R.E. é congregar os funcionários do Tribunal Regional Eleitoral, buscar soluções para os

problemas da classe, promover o seu desenvolvimento e dar aos associados condições adequadas para a plena realização das funções de trabalho, recreação, atividades culturais, assistenciais, sociais e esportivas.

Destaque-se que até auxílio-funeral foi instituído à família do associado, por ocasião do seu falecimento.

Essa associação teve a sua fundação primada pelo cuidado e zelo de item por item dos mais diversos assuntos afetos aos operosos funcionários do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente. A Mesa registra, com satisfação, a presença do Vereador Alfeu Hahn, de Guaratuba, e do Prefeito de Astorga, João Zampieri.

Não há oradores inscritos nem no Pequeno nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra à Representação do PMDB.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PDS.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PFL.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PL.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PCB.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PDT.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PTB.

Com a palavra, o Deputado Fuad Nacli, da representação do PTB.

O SR. FUAD NACLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa, no mês de agosto, tem sido alvo de críticas e comentários pela imprensa falada, escrita e televisionada. Queremos reconhecer que o serviço prestado pela imprensa do Paraná, pelos senhores que dão cobertura à Assembléia Legislativa do Estado, pela televisão, pelo rádio e pelos jornais, têm prestado um grande serviço a esta Casa, principalmente quando as denúncias são feitas com provas; e que nós ficamos satisfeitos ao recebermos, hoje, um telefonema para que ouvíssemos um comentário, e infelizmente, nós sempre ouvimos. Lemos o jornal e vimos a programação do "Bom Dia Paraná" e do "Bom Dia Brasil".

Mas, o que estamos vendo, às vezes, é que certos comentários querem atingir mais

alguns Deputados do que aqueles funcionários que cometem seus crimes com irresponsabilidade como está estampado hoje no jornal "Gazeta do Povo", em que um funcionário desta Casa, bêbado, dirigia uma ambulância. Isto não é a primeira vez que acontece. Gostaríamos que a Executiva desta Casa e as Lideranças que têm a responsabilidade dos seus carros, tanto os carros do uso particular como no uso para atender os indigentes. Quero também, agradecer ao 1.º Secretário desta Casa: logo que eu entrava no plenário, ele me chamava e dizia que já tinha conhecimento e já tinha determinado o afastamento deste funcionário para que não se repetisse mais isto.

Infelizmente, numa organização, numa firma comercial, e também, aqui no Poder Legislativo, nós temos uma camada de homens irresponsáveis. E, Senhoras e Senhores, esta Casa não pode ser manchada, esta Casa não pode ser denegrida por causa de dois ou três funcionários. Eu gostaria que fosse feito um levantamento, Sr. Secretário, a esta Comissão Executiva que preside, para que pudesse pôr um fim em certos abusos que têm sido cometidos. E para isto, há necessidade de alguém que tenha coragem para tirar do convívio deste Poder, os elementos que não são dignos de respeito e consideração dos seus colegas; porque não podemos ter funcionários manchando aqueles que dedicam seu trabalho e que lutam e trabalham defendendo o pão dos seus filhos e de sua família, em função de um ou dois elementos que não podem mais participar da nossa convivência e da convivência deste Poder.

Gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa, estes abusos que têm havido e, para isto, temos que ter a consciência de todos os Srs. Deputados, indistintamente. Quando tem um funcionário que não serve, coloquem à disposição.

Quero dizer que não tomei uma atitude contra o funcionário, mas tomei uma atitude em favor desta Casa. Quando no meu gabinete, recebendo a Liderança, um funcionário que dirigia a ambulância foi entregue ao meu partido, ao PTB, levou quatro dias para ir a Guaíra e voltar. Coloquei de volta para a 1.ª Secretaria. E esta ambulância está parada, porque não temos motorista.

Não vemos razões no fato de que os carros oficiais estejam passeando pelas ruas e avenidas no sábado e domingo. Há uma necessidade de corrigir os erros. E isto cabe a cada um que tem a sua responsabilidade, de não dar cobertura por causa de fins eleitoreiros. E nós queremos agradecer a esta Comissão Executiva, à imprensa falada e escrita, pelo conhecimento que tem trazido ao público para moralização do

nosso Poder Legislativo.

Era o que teria a dizer na data de hoje.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica ao Deputado Fuad Nacli e às Lideranças partidárias, que determinou, hoje, a rescisão do contrato do funcionário relapso, por justa causa. O funcionário já está demitido.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, ofício subscrito pelo Sr. Governador do Estado, encarecendo autorização para se afastar do País, entre 28 de agosto a 25 de setembro do corrente ano, com destino a Moscou, na União Soviética, atendendo convite para visitar a ENERGOMACHEXPORT, bem como para integrar um grupo de empresários paranaenses, que visitará outros países da Europa, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 74/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que dá nova redação ao art. 10, da Lei n. 8.199, de 17/12/85 (Conselho Paranaense de Turismo), acrescentando o inciso V - um representante dos funcionários da PARANATUR, eleito na forma da Lei n. 8.096, de 14.06.85. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N. 74/86

A Lei n. 8.199, de 17 de dezembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - O Conselho Paranaense de Turismo, órgão responsável pela formulação, cooperação e direção da Política Es-

tadual de Turismo, criado pela Lei n. 5.948, de 27 de maio de 1969, passa a integrar o nível de direção superior na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

Art.2º - O Conselho Paranaense de Turismo - CEPATUR, constitui-se pelos seguintes membros:

I- Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, na qualidade de Presidente;

II- Secretário de Estado da Cultura e do Esporte;

III- Secretário de Estado dos Transportes;

IV- Secretário de Estado da Agricultura;

V- Diretor Presidente da Empresa Paranaense de Turismo;

VI- 01 (um) membro representante das Federações do Comércio e do Comércio Varejista do Paraná;

VII- 01 (um) membro representante da Associação Brasileira de Agentes de Viagens;

VIII- 01 (um) membro representante do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado do Paraná;

IX- 01 (um) membro representante da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira;

X- 01 (um) membro representante do Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares do Estado do Paraná;

XI- 01 (um) membro representante do Sindicato das Empresas de Transportes no Estado do Paraná.

XII- 01 (um) membro representante do sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade em Curitiba;

§ 1º - Em suas ausências e impedimentos, o Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, na qualidade de Presidente do Conselho será substituído pelo Diretor-Presidente da Empresa Paranaense de Turismo;

§ 2º - Os representantes da iniciativa privada terão um mandato de 02 (dois) anos e serão escolhidos e designados pelo Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, entre os nomes constantes de listas tríplices apresentadas pelas entidades representadas no Conselho, devendo ser escolhido no mesmo ato, os respectivos suplentes;

Art.3º - Compete ao Conselho Paranaense de Turismo:

I - Formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na Política Estadual de Turismo, sempre em consonância com o determinado pelos órgãos nacionais de turismo;

II- Participar de entidades nacionais de turismo;

III- Baixar resoluções, atos ou instruções que forem necessários ao pleno

exercício de suas funções;

IV- Adotar procedimentos com a finalidade de facilitar e estimular as atividades de turismo, baixando as normas necessárias;

V- Opinar na esfera do Poder Executivo, quando consultado, sobre anteprojetos de Lei que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;

VI - Elaborar e rever, sempre que necessário, o seu Regimento Interno;

Art. 4.º - O Desempenho das funções de Conselheiro é considerado de natureza relevante, e terá prioridade sobre as funções que eventualmente os designados exerçam no serviço público estadual;

§ 1.º - Será considerado extinto o mandato de Conselheiro que faltar a 02 (duas) reuniões consecutivas sem justificativas;

§ 2.º - Ao Plenário caberá autorizar, por razões relevantes, o afastamento temporário do Conselheiro, assumindo em seu lugar, um suplente;

Art.5.º - O Conselho Paranaense de Turismo deverá formar Câmaras e comissões, com a finalidade de apreciar assuntos específicos;

Art.6.º - As reuniões do Conselho Paranaense de Turismo serão realizadas uma vez por mês, em caráter ordinário, e extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, contando sempre com a presença da maioria de seus membros;

§ 1.º - As deliberações do Conselho serão aprovadas por voto da maioria dos presentes, cabendo ao Presidente além do voto singular, o de qualidade;

§ 2.º - As matérias em pauta deverão ser preliminarmente submetidas à apreciação de câmaras ou comissões que funcionarão com um mínimo de 03 (três) integrantes;

Art. 7.º - As decisões do Conselho Paranaense de Turismo ainda que normativas, poderão ser vetadas pelo seu presidente, sempre que, a seu critério, sejam contrárias às normas Políticas Nacional e Estadual de Turismo;

Art.8.º - A Secretaria de Estado da Indústria e Comércio prestará ao Conselho Paranaense de Turismo o necessário suporte administrativo para a execução de seus trabalhos;

Art.9.º - Fica criado o conselho de Administração na estrutura organizacional básica da Empresa Paranaense de Turismo, que passará a ser a seguinte:

I- Conselho de Administração;

II- Diretoria Executiva;

III- Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva da PARANATUR compõe-se de 01 (um) Diretor-Presidente, 01 (um) Diretor Administrativo-Financeiro e 01 (um) Diretor Téc-

nico;

Art.10 - O Conselho de Administração da PARANATUR será composto por 04 (quatro) membros a saber:

I- O Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, como Presidente.

II- O Diretor-Presidente da PARANATUR, como Secretário;

III- 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento;

IV- 01 (um) representante da Secretaria de Estado das Finanças;

V- 01 (um) representante dos funcionários da PARANATUR, eleito na forma da Lei n. 8.096, de 14 de junho de 1985;

§ 1.º - São membros natos, os constantes dos incisos I e II deste artigo;

§ 2.º - Os membros a que se referem os incisos III, IV e V, serão nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário de Estado da Indústria e do Comércio para um mandato não remunerado de 03 (três) anos, permitida a recondução.

§ 3.º - Os demais Diretores da PARANATUR, com exceção de seu Diretor-Presidente, participarão das reuniões do Conselho de Administração com direito de voz e sem direito de voto;

§ 4.º - O Conselho de Administração reunir-se-á com o mínimo de 03 (três) membros e deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto singular, o de qualidade.

Art.11.- Ao Conselho de Administração, que reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente por convocação de qualquer de seus membros, compete:

I- Desenvolver as atividades estabelecidas pelos Arts. 96 e 97, da Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974;

II- Cumprir as disposições estabelecidas pelo Estatuto da PARANATUR;

Art.12- O Conselho Fiscal da PARANATUR, de que trata o art. 14, da Lei n. 5.948, de 27 de maio de 1969, será composto de 03 (três) membros e respectivos suplentes, com mandato de 01 (um) ano, nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, escolhidos dentre cidadãos de reconhecida capacidade técnica;

Art.13 - Os arts. 11, acrescidos da alínea "i", 13 e 15 da Lei n. 5.948, de 27 de maio de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.11

.....
i - Participar acionariamente de empresa pública ou sociedade de economia mista municipal, que tenham por objetivo atividades voltadas ao turismo".

"Art.13 - A remuneração dos diretores da PARANATUR, será fixado pelo Governador do Estado de conformidade com a legislação específica".

"Art.15 - As disposições concernentes às atribuições da Diretoria Executiva, dos Conselhos Fiscal e da Administração e dos demais órgãos integrantes da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, serão definidas no respectivo Estatuto;

Parágrafo Único - O Estatuto da PARANATUR será aprovado pelo Conselho de Administração e referendado pelo Governador do Estado."

Art.14 - A expressão "Conselho Paranaense de Turismo", fica substituída pela expressão "Conselho de Administração", no § 2º, do art. 17, alínea "c" e parágrafo único, do art. 18; - art. 20 e 2º, do art. 23, todos da Lei n. 5.948, de 27 de maio de 1969;

Art. 15- A expressão "Conselho", fica substituída pela expressão "Conselho de Administração" nas alíneas "b", "c" e "h", do artigo 11, e no art. 19, da Lei n. 5.948, de 27 de maio de 1969".

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

Apoiamento: Amélia Hruschka, Nilso Squarezzi e Acir Mezzadri.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Substitutiva tem por finalidade adequar o texto da Lei n. 8.199, de 17 de dezembro de 1985, quando estabeleceu o Decreto Governamental n. 8.631, de 24 de julho de 1985, quando passou a CEPATUR a responsabilidade da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio. Em votação a Emenda. Aprovada.

O Projeto irá à 4ª Discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 36/86, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a "GUARDA-MIRIM DE CAMPO MOURÃO", com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 45/86, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual, a "CRECHE- LAR ROTARY VILA GUAÍRA", mantida pela Associação das Senhoras de Rotarianos de Goioerê, com sede e foro no Município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 59/86, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que autoriza o Poder Executivo a doar ao "LAR DE MENINAS ORICENA VARGAS", o imóvel de propriedade do Estado que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 61/86, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULA, com sede e foro em Ribeirão Claro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 61/86

P A R E C E R:

O presente plano de Lei de autoria do Nobre Deputado Hermas Brandão tem por finalidade declarar de utilidade pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro em Ribeirão Claro.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/06/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BÁSILIO ZANUSSO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 68/86, de autoria do Deputado IVAN DE AZEVEDO GUBERT, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SANTA RITA DE CÁSSIA, Lar Iracy Dantas de Andrade, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 68/86

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado IVAN DE AZEVEDO GUBERT tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SANTA RITA DE CÁSSIA, Lar Iracy Dantas de Andrade, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/06/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 72/86, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE COMUNICADORES DO REINO, com sede e foro em Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 72/86

P A R E C E R:

O plano de lei de autoria do Nobre Deputado HOMERO OGUIDO tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE COMUNICADORES DO REINO, com sede e foro em Londrina.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/06/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de cinco (5) membros da família Bondan, do Município de Indianópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Ribeiro de Almeida, ocorrido no dia 12 de

agosto do corrente ano, no Município de Ibaiti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Oscar Ferreira Ramos, ocorrido no dia 09 de agosto do corrente ano, no Município da Lapa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Rádio Humaitá, pela passagem do 6.º aniversário de fundação, do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de novo piso na quadra esportiva do Colégio Estadual Machado de Assis - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Sertãoópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à CLASPAR, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a implantação de um laboratório para análise de sementes, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente do Sindicato Rural, do Município de Wenceslau Braz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 74/86

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 36/86, 45/86, 59/86

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 61/86, 68/86, 72/86

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 145/85, 188/85, 52/86, 76/86.

Levanta-se a sessão.